

FILOSOFIA DA LINGUAGEM E CETICISMO NOS *DOIS DOGMAS DO EMPIRISMO*

PHILOSOPHY OF LANGUAGE AND SKEPTICISM IN *TWO DOGMAS OF EMPIRICISM*

Bruno Pettersen*

RESUMO

O objetivo do artigo é indicar como o argumento de Quine apresentado no “Dois Dogmas do Empirismo” pode ser interpretado como um ataque de tipo cético à tradição do Círculo de Viena. Observaremos em que sentido o argumento de Quine pode abrir um novo *locus* para o ceticismo, que permitiria examinar questões da chamada “Filosofia da Linguagem”, temática pouco desenvolvida ao longo da história do ceticismo. Para tal o artigo será dividido em quatro partes. Na primeira examinaremos em que consiste um argumento cético, especialmente no interior do ceticismo de Sexto Empírico. Na segunda parte apresentaremos a tese do Círculo de Viena, com ênfase no chamado “Princípio de Verificação”. Na terceira parte seguiremos os contra-argumentos de Quine ao Círculo. E, na parte final, indicaremos como a posição de Quine pode ser pensada no interior da tradição cética. Com isto não pretendemos identificar Quine como um autor cético, mas analisar sua proposta através de uma lente cética.

PALAVRAS CHAVE: Quine, Filosofia da Linguagem, Ceticismo.

ABSTRACT

The objective of this paper is to indicate how Quine's argument in “Two Dogmas of Empiricism” could be interpreted as a skeptic kind of attack on the Vienna Circle tradition. We will see in what sense Quine's argument can open a new *locus* for skepticism, one that would examine the themes inside the “Philosophy of Language”, theme undeveloped throughout the history of skepticism. For this, the paper will be divided into four sections. The first will examine what constitutes a skeptical argument, especially inside the skepticism of Sextus Empiricus. In the second section we will present the thesis of the Vienna Circle, with emphasis on so-called “verification principle”. In the third section, we will follow Quine's

* Doutor em Filosofia e professor da Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE), Belo Horizonte, MG. E-mail: brunopettersen@gmail.com.

counter-arguments against the Circle. In the final section, we will indicate how Quine's argument can be thought within the skeptical tradition. With that, we do not intend to identify Quine as a skeptic author, but only analyze his argument with skeptical lenses.

KEY WORDS: Quine, Philosophy of Language, Skepticism.

INTRODUÇÃO

O artigo “Dois Dogmas do Empirismo”¹ de W.v.O Quine tinha o objetivo inicial de atingir o núcleo da metafísica, epistemologia, e mais especificamente da filosofia da linguagem presente no chamado “Círculo de Viena”. Essa primeira intenção se realizou e posteriormente o artigo de Quine gerou a base sobre a qual a sua própria filosofia se ergueu.

Para além das implicações mais imediatas do TDE, certamente podemos traçar a ele toda uma tendência antirreducionista e anti-fundacionista, que embora não tenha surgido em Quine, ficou decisiva a partir dele. Filosofias como a de Donald Davidson e Daniel Dennett devem muito ao TDE. Além disso, acreditamos que o argumento de Quine pode servir a outros propósitos, e, em nosso artigo, exploraremos o potencial cético dos argumentos do TDE através de três pontos:

- i) O TDE permite a refutação de um modelo clássico de filosofia,
- ii) Esse argumento nos fornece as razões para não supormos um tipo de verdade/significação definitiva,
- iii) E a proposta presente no TDE que remove a antiga filosofia pressupõe a entrada de um relativismo que pensaremos pelo viés cético.

Contudo, não é nossa intenção indicar Quine como um autor cético, mas compreender se o argumento do TDE pode ser pensado como útil à tradição cética, especialmente como um argumento cético no interior da filosofia da linguagem.

Para tal, dividiremos o artigo em quatro partes. Na primeira, examinaremos o que conta como um argumento cético. Na segunda parte, iremos à tese “dogmática” apresentada pelo Círculo de Viena. E, por fim, verificaremos como o argumento do TDE nos permite rejeitar as teses do Círculo de Viena. Na última parte veremos como essa dialética do dogmático *versus* o cético pode ser lida no TDE e que implicações isso traz.

¹ Daqui para frente usaremos a sigla em inglês do artigo TDE: *Two dogmas of empiricism*.

1 O CETICISMO E A FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Quine sempre foi um autor que se dispôs contra o ceticismo (cf. PETERSEN, 2014, 149ss). Contudo, esse posicionamento não impede que seu argumento seja utilizado no arsenal cético. Inclusive o ceticismo antigo era especialista em transformar teses de filósofos não céticos em estratégias de tipo cético². Como isto ocorria?

Sexto Empírico fora o mais importante cético antigo, talvez não tanto pela originalidade³, mas porque ele reuniu e organizou um número enorme de argumentos a favor do ceticismo, vindo de todas as fontes da filosofia. São de destaque os chamados “Tropos” ou “Modos” e as “Antinomias”.

Os “Modos” eram uma lista de contra-argumentos para serem utilizados em ocasiões específicas. São de destaque os “Dez Modos de Enesidemo” e os “Cinco Modos de Agripa”. Esses modos tinham uma função pragmática no debate entre um cético e um filósofo que mantinha alguma tese, ou o “dogmático”, como os céticos o chamava. Em um caso onde o dogmático apresente a tese x o cético deveria consultar em qual dos “modos” a tese do dogmático incidia e oferecer um contra-argumento à proposta defendida. Desta maneira, os “modos” eram como uma vacina à proposta do filósofo em questão.

Também desempenhando o papel de serem contra-argumentos, as antinomias tinham outro funcionamento. A realização de uma antinomia seria parte do “treinamento” ou “habilidade” filosófica de um cético e consistia na capacidade de oferecer um oposto satisfatório e equilibrado a qualquer proposta que fosse exibida. Sexto Empírico diz:

O ceticismo é uma habilidade de colocar oposições entre as coisas que aparecem e são pensadas de alguma maneira, uma habilidade pela qual, por causa da equipolência nos objetos opostos e relatos [sobre o mundo], chegamos primeiro à suspensão do juízo e depois à tranquilidade. (Sexto Empírico, 2000a, p. 8).

Sendo os argumentos céticos os “modos” previamente preparados ou as “antinomias” realizadas de modo mais específico, os argumentos céticos poderiam vir de qualquer fonte desde que desempenhassem o papel de refutação da tese oferecida pelo filósofo dogmático.

² O que importa para o ceticismo não é propriamente a origem da tese, mas sim a possibilidade de utilizarmos um argumento x para combater um argumento $\sim x$. Não importa a origem de nenhum deles.

³ Jonathan Barnes diz: “I suppose that Sextus copied his sceptical arguments from different sources, and that his different sources presented him with different varieties of scepticism. Sextus did not notice the differences; or perhaps, since he wished to produce a general and catholic account of scepticism, the differences seemed to him to be unimportant”. (SEXTUS EMPIRICUS, 2000, p. XV).

Tais estratégias céticas, como dito anteriormente, devem ser como vacinas e são adaptados ao modelo de filosofia que ora se apresenta. Em suma: um argumento cético é aquele que pode ser usado contra o dogmático. Aqui entra o TDE.

Uma das cepas mais decisivas da Filosofia da Linguagem do século XX se organizou ao redor dos membros do Círculo de Viena, em autores como Moritz Schlick, Otto Neurath, Rudolf Carnap e mais tarde Alfred Ayer. Tais filósofos buscavam a precisão da ciência e da lógica para a investigação filosófica da linguagem, propondo o chamado “Princípio de Verificação” que tinha o objetivo de indicar qual era o real significado de uma frase e mesmo se ela tinha significado. Tal princípio estava assentado na distinção entre juízos analíticos e sintéticos.

Do lado de Quine, o argumento do TDE nos apresenta uma antinomia às propostas do Círculo de Viena. Atacando diretamente a distinção entre juízos analíticos e sintéticos, Quine acabou solapando o princípio de verificação do Círculo. Tal como uma antinomia cética, o TDE não parece ter um argumento central, sendo ele uma coleção de ataques à visão vienense de linguagem. Essa observação sobre a falta propriamente de um “núcleo” de argumentação do TDE pode ser facilmente resolvida se optarmos por um modelo de argumentação cética. O que o TDE faria em nossa leitura é apenas o oferecimento de vacinas pontuais contra o Círculo de Viena. Uma vacina tão eficiente que o tipo de filosofia regimentada do Círculo de Viena teve grande dificuldade de continuar idêntica ao que era depois de Quine.

De modo a tornar o argumento de Quine claro, começaremos com uma breve exposição do que consiste a proposta do Círculo de Viena, focando-nos no chamado “Princípio de Verificação”.

2 O CÍRCULO DE VIENA: A FORMULAÇÃO DO PRINCÍPIO DE VERIFICAÇÃO

Um dos pontos nevrálgicos do Círculo de Viena foi a busca de um critério de validação do significado das frases, conhecido como “Princípio de Verificação”⁴. É famoso o seu mote, dado pela voz de Moritz Schlick:

⁴ Alexander Miller dá conta de pelo menos quatro formulações de um princípio de verificação, a saber: (a) a versão clássica de Schlick: o significado de uma frase constitui o método da sua verificação; (b) a versão que Ayer propõe na segunda edição do seu *Linguagem, verdade e lógica*, “para um enunciado possuir significado factual, ele tem de ser verificado direta ou indiretamente”; (c) as versões do princípio que tentaram refutar o problema levantado por Alonzo Church; (d) as duas versões do princípio apontadas por Forster: “princípio do conteúdo” e “princípio da evidência”. Para maiores detalhes, ver MILLER, 2010, p. 101ss.

Estabelecer o significado de uma frase equivale a estabelecer as regras pelas quais uma frase deve ser utilizado, e isto é o mesmo que estabelecer o modo pelo qual ela pode ser verificada (ou falsificada). O significado de uma proposição é o seu método de verificação (SCHLICK, 1936, P. 341).

O mais importante nesta abordagem é a proposta de um claro modo de estabelecimento do significado das frases, uma regra que permitiria diferenciarmos frases com sentido e verdadeiras, frases com sentido mas falsas e frases sem sentido. Um dos objetivos dessa busca pelo sentido das frases é a empreitada do Círculo de Viena contra o que eles chamavam de “Metafísica”, que na visão deles era um tipo de filosofia que se utilizava de frases sem sentido e erigia assim todo um arcabouço teórico sem qualquer sustentação.

A partir dessa ideia, o Círculo de Viena defenderá dois modos de se verificar o significado de uma frase: *a priori* ou *analítica*, onde a verdade da frase é definida em virtude de seu próprio significado e *a posteriori* ou *sintética*, onde a verdade da frase é defendida em virtude de uma confirmação empírica (AYER, apud MILLER, 2010, P. 112). Analisemos cada uma destas formas.

Como as fontes são variadas utilizaremos nesta exposição a abordagem realizada por Alexander Miller (2000) em seu *Filosofia da linguagem*.

Verificação Analítica

Fortemente inspirados pelo sucesso da lógica e da matemática na virada do século XIX para o XX, os membros do Círculo de Viena pensaram em uma versão do sentido que era fortemente regimentada pela lógica. Eles inclusive são conhecidos como “Positivistas Lógicos”. Desse modo, a primeira maneira de se verificar o sentido das frases é justamente pelo procedimento analítico ou *a priori* presente tipicamente na matemática e na lógica. Começemos por entender a origem e a justificação das afirmações da matemática e da lógica.

Segundo o Círculo de Viena, os enunciados da lógica e da matemática são analíticos, pois são verdadeiros em relação ao seu próprio critério de verdade. De tal modo, a verdade do enunciado da matemática ou da lógica é dada a partir de um conjunto de axiomas apresentados pelas próprias disciplinas. O significado surge pela obediência às regras propostas no interior da atividade. Com isso, classificamos as frases de acordo com o significado analítico:

- i) Uma frase tem sentido e é verdadeira, quando na verificação analítica notamos que as regras foram seguidas de maneira correta. Por exemplo, a frase “5 é um número primo” tem significado e é verdadeira porque ao seguirmos a verificação analítica notamos que sua afirmação seguiu corretamente a regra presente na matemática que assevera que um número é primo quando ele pode ser dividido somente por 1 e por ele mesmo.
- ii) Uma frase tem sentido e é falsa, quando na verificação analítica notamos que as regras foram seguidas de maneira incorreta. Por exemplo, a frase “6 é um número primo” tem significado mas é falsa porque ao seguirmos a verificação analítica notamos que sua afirmação não seguiu corretamente a regra presente na matemática que assevera que um número é primo quando ele pode ser dividido somente por 1 e por ele mesmo.
- iii) Uma frase não tem sentido, quando na verificação analítica notamos que as regras não foram observadas. Por exemplo, na frase “César é um número Primo” não se obedeceu a regra presente na afirmação, uma vez que César não se qualifica como um número.

Ao tentarmos pensar o contrário de um enunciado lógico ou matemático violamos as próprias regras propostas no corpo destas disciplinas.

Contudo, ao colocarmos a matemática e a lógica como analíticas retiramos delas o fato de que elas expressam alguma coisa sobre o mundo. Lógica e matemática são tautologias, ou seja, não são nem verdadeiras nem falsas sobre o mundo. Elas são disciplinas com sistemas fechados nos quais certas frases são significativas ou não dependendo do próprio sistema e não do mundo. Neste sentido, matemática e a lógica são convenções, verdadeiras em virtude de aceitarmos-las como tal.

Podemos agora nos perguntar: qual é a utilidade destas convenções tautológicas? É possível voltar, por exemplo, à teoria das descrições de Russell, onde segundo ele a formalização lógica da linguagem nos permitiria ver com maior clareza o que as frases realmente estão nos dizendo. A suposição é que a matemática e lógica são ferramentas para nos ajudar a clarear a linguagem e nesta esteira a verificação analítica teria um importante papel na verificação das frases.

Verificação Sintética

Além da verificação que ocorre a partir das regras de um dado sistema, temos a verificação que ocorre devido à relação da frase com a experiência sensível. Ayer nos conta deste modo:

O critério que usamos para testar a genuinidade de aparentes enunciados de fato é o critério de verificabilidade. Dizemos que uma sentença é factualmente significativa a qualquer dada pessoa se, e somente se, esta sabe como verificar a proposição que se propõe a expressar – isto é, se conhece que observações a levariam, sob certas condições, a aceitar a proposição como sendo verdadeira ou rejeitá-la como sendo falsa. (AYER, apud MILLER, 2000, p.102).

O princípio de verificação não implica que a frase *seja confirmada*, mas que ela deve poder ser verificada. Frases sintéticas, ou seja, frases que são informativas sobre o mundo, devem poder ser verificada *experimentalmente*. Temos então o seguinte método, análogo à verificação analítica:

- i) Uma frase tem sentido e é verdadeira, quando na verificação sintética notamos que ela pode ser verificada experimentalmente. Por exemplo, a frase “A água é composta de Hidrogênio e Oxigênio” tem significado e é verdadeira porque ao seguirmos a verificação sintética notamos que sua afirmação seguiu da verificação experiencial da composição da água.
- ii) Uma frase tem sentido e é falsa, quando na verificação sintética notamos que ela ao ser verificada experimentalmente não se confirmou. Por exemplo, a frase “A água é composta de Hidrogênio e Ferro” tem significado mas é falsa porque ao seguirmos a verificação sintética notamos que Hidrogênio e Ferro são testáveis na experiência, mas não se observa Ferro na composição da Água.
- iii) Uma frase não tem sentido, quando na verificação sintética notamos que ela não faz sentido experimental. Por exemplo, a frase “Tudo é água” não tem significado porque ao seguirmos a verificação sintética notamos que sua afirmação não seguiu nenhuma verificação empírica possível.

O ponto do critério de verificação está diretamente ligado à testabilidade e, como tal, estabelece o significado das frases. Para o Círculo de Viena, o significado determinado pela verificação sintética era responsável por nos informar sobre a natureza da realidade a partir da experiência sensível.

A verificação dogmática

Como notamos, o princípio de verificação do Círculo de Viena depende da distinção entre frases analíticas e sintéticas. O significado das frases é regimentado de um lado pelas regras do sistema e, de outro, por uma redução da frase à uma experiência que poderia confirmá-la.

Se esse princípio funcionasse como eles pretendiam seria uma ferramenta decisiva de análise filosófica, uma vez que com ele poderíamos classificar as afirmações dos filósofos em uma das duas maneiras de verificação. Acima de tudo, teríamos um forte princípio dogmático de afirmação filosófica.

Agora, na próxima seção, Quine verificará a legitimidade das propostas do Círculo de Viena.

3 OS DOGMAS

A primeira publicação do “Dois Dogmas do Empirismo” de Quine foi em 1951, mas foi somente em 1953, com a publicação da coleção de artigos intitulada *Desde um ponto de vista lógico*, onde o TDE se encontra hoje, que ele teve seu impacto revelado na comunidade filosófica.

Quanto à estrutura do TDE, vemos nele não um argumento central, mas uma coletânea de observações que demonstram a falta de fundamentação de dogmas inerentes ao Círculo de Viena e seu princípio de verificação. Quanto aos dogmas são eles:

- i) A suposição de uma distinção entre frases analíticas e sintéticas e
- ii) O reducionismo, que é a ideia que é possível reduzir frases complexas a experiências, sendo estas não redutivas.

Apesar de aparentemente esses dogmas serem diferentes, ao fim do §5 do TDE, Quine afirma que os dois dogmas compartilham de uma mesma pressuposição: a ideia de que existiria um componente lógico e um componente experiencial na linguagem e que poderíamos distinguir claramente esses dois. De outro modo, o que une os dois dogmas é uma compreensão regimentada e fechada do que vem a ser a significação.

O que Quine faz é mostrar que a ideia de significação construída pelo Círculo de Viena é uma imagem errada do que é o significado, pois não podemos nem reduzir as frases a uma “origem primitiva”, nem fazer uma distinção clara entre frases que seriam verdadeiras em virtude da lógica e em frases em razão da experiência. Assim, ao analisar a ideia de significado, Quine acaba destruindo a imagem do significado do Círculo de Viena e propondo uma nova versão para tal ideia.

Para examinarmos as propostas de Quine, seguiremos o TDE seção à seção e dividiremos nossa exposição em duas partes, conforme o próprio artigo: na primeira apresentaremos os argumentos contra o dogma da analiticidade e, na segunda, aqueles contra o dogma do reducionismo.

3.1 Uma coletânea de argumentos

Nas páginas do TDE Quine nos fornece três argumentos para indicar como a ideia de analiticidade é equivocada. São os seguintes:

- i) As definições analíticas são arbitrárias,
- ii) A permutabilidade *salva veritate* aceita pela analiticidade não pode ser justificada,
- iii) Regras semânticas que estabelecem a analiticidade são oferecidas em caráter pragmático.

Analisaremos cada um deles começando por compreender o que é exatamente a “analiticidade”.

Segundo Quine há duas frases que expressam tipos diferentes de analiticidade:

- i) Nenhum homem que não casou (unmarried) é casado.
- ii) Nenhum solteiro é casado. (QUINE, 1975, p. 239).

A primeira é a analiticidade em virtude da “verdade lógica” e o segundo a analiticidade por “sinonímia cognitiva”. O caso de i) é que o significado da frase está dentro dela, assim “nenhum homem que não casou” seria igual a “casado” simplesmente em virtude do significado lógico destas duas expressões. O caso ii) seria de uma analiticidade na medida em que “solteiro” teria o mesmo significado cognitivo de “homem não casado”. Neste caso não é analítico por causa de uma implicação lógica, mas porque os termos “solteiro” e “homem não casado” são sinônimos na linguagem natural. Os dois sentidos de “analiticidade” estão fundados em ideias acerca do significado e da sinonímia entre os termos.

Segundo Quine, para definirmos o que é analítico, teríamos que verificar primeiramente o que é a sinonímia, ou seja, a situação onde duas palavras ou frases teriam o significado idêntico, analítico. A partir de agora veremos, em três momentos, que não é possível explicar o que significa analiticidade presente na sinonímia.

Problemas de definição

A primeira maneira de se explicar a analiticidade seria recorrer à ideia de definição, onde um termo é analítico por definição. Mas como estabelecê-la?

Uma manobra inicial seria consultar no dicionário e verificar se podemos colocar como sinônimos “solteiro” e “homem não casado”. Quine indica que esta é uma estratégia fútil, porque o que o dicionário faz não é explicar como os termos são sinônimos, mas sim como eles são usados. Então, o dicionário não explica a analiticidade, ele apenas aponta que usamos os termos de uma tal e tal maneira.

O trabalho para definir a analiticidade não é do lexicógrafo, mas do filósofo ou do cientista. Desta forma, como podemos explicar que um termo é analítico em relação ao outro?

Uma das possibilidades é estabelecer uma *definição formal*, assim “solteiro” é definido formalmente como “homem não casado”. Por esta proposta também não temos uma explicação da analiticidade. Ao contrário teríamos uma revelação da sua arbitrariedade, já que o termo é analítico não em virtude do significado deles, mas porque nós arbitrariamente dizemos que estes termos são sinônimos. No fim, tais definições são apenas de ordem pragmática e não de necessidade.

Se a analiticidade for dada por definição, poderíamos definir que “solteiro” é sinônimo de “homem que não foi capaz de encontrar um(a) parceiro(a) para o resto da vida”, mesmo que a segunda expressão não pareça idêntica à primeira na linguagem natural. Se é uma questão de definição, a analiticidade se perde na arbitrariedade.

A falsa permutabilidade

A segunda maneira de se pensar a analiticidade seria dizer que uma frase é analítica na medida em que poderíamos substituir seus termos “*salva veritate*”, ou seja, a substituição entre os termos não mudaria o valor de verdade de uma frase (QUINE, 1975, p. 242). Aqui a frase seria analítica se substituíssemos todas as instâncias de “solteiro” por “homem não casado”.

Quine começa apontando um problema óbvio: esta substituição *salva veritate* não pode ser aplicada a todos os casos, pois existem situações onde “solteiro” é diferente de “homem não casado”, p.ex., onde dizemos “‘solteiro’ tem de 8 letras” não podemos substituir “solteiro” por “homem não casado”. Nesse contexto, a substituição *salva veritate* não é adequada.

Mas podemos pensar apenas num significado total da ideia de “solteiro” e não da palavra ‘solteiro’. Precisamos de uma sinonímia cognitiva entre estes termos. Para isso seria necessário modificar a frase ii), transformando-a em:

iii) Todos e apenas os solteiros são homens que não casaram é analítico. (QUINE, 1975, p. 243).

Temos outra vez um problema: a frase iii) não explica a analiticidade, mas a pressupõe. O que nos obriga a explicar iii). Podemos então pensar em:

iv) Necessariamente todos e apenas os solteiros são solteiros. (QUINE, 1975, p. 243).

Novamente um problema surge. iv), além de não explicar a analiticidade, invoca a ideia de “necessário” e através dela teríamos a ideia de analiticidade. O problema é que “necessário” não é explicado. Precisamos de mais uma tentativa.

v) Necessariamente todos e apenas os solteiros são homens não casados. (QUINE, 1975, p. 243).

No caso de v) não haveria qualquer explicação, afinal não sabemos como explicar a necessidade. Neste sentido, não há como permutar com segurança, afinal não sabemos os critérios de necessidade, nem de analiticidade!

Finalmente podemos pensar numa permutabilidade *salva veritate* em linguagens formais, onde o que importa é a extensão das expressões. Neste caso, sabemos que iii) é verdadeiro, mas não que é analítico. Afinal de contas o que foi feito na linguagem formal é definir os termos, mas não dizer que eles são necessários ou analíticos. De novo, nada feito. Não temos analiticidade, nem sinonímia cognitiva e nem permutabilidade.

Pragmática e regras semânticas

Podemos pensar que o problema não se encontra justamente na ideia de analiticidade, mas sim no fato da linguagem comum ser confusa e pouco precisa. Será que recorrer a uma linguagem formal deixa o problema resolvido?

A solução consistiria no seguinte. Definiríamos uma linguagem L0 onde todos os termos teriam definições precisas (QUINE, 1975, p. 245-248). Na linguagem L0 atribuiríamos aos termos analíticos uma mesma participação em conjuntos específicos, e diríamos que tais são analíticos a partir das regras semânticas que atribuímos a eles.

Apesar de aparentemente solucionar o problema, na verdade a ideia de regras semânticas cai no mesmo problema visto na tentativa de definição da analiticidade, a saber, teríamos regras arbitrárias, onde a definição do que é analítico decorreria do modo que atribuímos pragmaticamente e não do que significa analiticidade.

Após ter passado em revista as múltiplas possibilidades para definir o que é a analiticidade, Quine percebe que nenhuma delas resolve o problema. Só é possível pensar que um termo é analítico em relação ao outro porque nós o definimos desta maneira.

A ideia de analiticidade não pode ser primitiva, ela decorre da própria prática da linguagem. A distinção entre termos analíticos e sintéticos é, portanto, um artigo de fé⁵, ou seja, ele decorreria da ideia de que existem conceitos, ideias, eventos, ou seja lá o que, que seria absolutamente necessário, essencial ou analítico. Essa ideia é falsa.

Após termos visitado os argumentos contra a analiticidade, podemos afirmar com segurança que Quine indica que não há uma fundação possível à analiticidade e portanto não faz sentido separar frases em analíticas ou sintéticas. Esse ataque não foi feito com uma proposta que destrói a analiticidade, mas sim que indica que, de todas as possibilidades de assentá-la, nenhuma é capaz de estabelecê-la. Temos um ataque poderoso contra a analiticidade, mas como uma coleção de antinomias.

Para usar a famosa metáfora cética, cada um dos argumentos apresentados por Quine é um purgante contra a analiticidade e conseqüentemente contra o Princípio de Verificação que vimos em nossa seção 2. Se tal princípio estabelece o significado de frases *via* a analiticidade e descobrimos agora que a analiticidade não é possível, tornamos também o princípio de verificação impossível de ser colocado. Mas não termina aí. A análise do próximo dogma trará mais conseqüências problemáticas ao empirismo.

3.2 Reduccionismo

O segundo dogma não é mais que uma conseqüência do primeiro⁶. Ao recusarmos uma natureza específica à analiticidade, a ideia de frases sintéticas caí, uma vez que estas

⁵ Quine (1975, p. 248) diz: “que tal distinção deva ser feita, afinal, é um dogma do empirismo, sem qualquer base empírico, um metafísico artigo de fé”.

⁶ Quine (1975, p. 251) diz: “o dogma do reduccionismo, mesmo em sua forma atenuada, está intimamente ligado a outro dogma – o de que existe uma separação entre o analítico e o sintético. Nós mesmos nos vimos, na realidade, levados deste último ao primeiro problema através da teoria verificacional do significado [...]. Os dois dogmas são de fato idênticos em suas raízes”.

últimas eram definidas em virtude das primeiras. Quine nos afirma agora no segundo dogma que não há uma relação redutiva entre as frases e as experiências.

Compreendemos com a queda do primeiro dogma que a significação é construída como fruto de razões pragmáticas em um determinado campo. Isso vale para todas as frases. Não há uma única experiência para cada frase. Cada contexto linguístico determinará as razões pragmáticas de significação. Os significados se relacionam com a experiência e com a lógica de um modo indireto, onde apresentamos estes significados no interior de uma trama linguística dada.

Esse argumento ataca o fundacionismo dos empiristas. Não há como pensar um único fundamento, seja a lógica ou a experiência, justamente porque poderíamos propor vários fundamentos possíveis, todos adequados, mas à contextos diversos. Pense no exemplo do termo “solteiro”: para ele podemos atribuir muitos significados, alguns deles ligados mais diretamente a uma representação empírica, outros que são atribuições alegóricas do termo. Não há como reduzir todas as instâncias de solteiro, ou de qualquer outro termo ou frase, a uma experiência que ofereceria a significação.

Ao compreendermos claramente o papel da pragmática na definição de frases perdemos qualquer justificação para buscar um fundamento último para elas. Não se trata apenas de uma virada pragmática, mas de uma nova orientação para a filosofia. A pergunta socrática clássica: “O que é x ?” não faria sentido se desejássemos obter uma resposta única e inequívoca. A pergunta deveria ser “O que é x em que contexto, de acordo com quais necessidades?”⁷.

Com esse ponto em mente, passaremos agora para a leitura que ora propomos: pode ser o argumento do TDE um argumento cético?

4 CETICISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM

Nesta seção apresentaremos uma abordagem cética do TDE. Para tal, dividi-la-emos em duas partes: na primeira mostraremos como o TDE tem um elemento metodológico semelhante aos argumentos céticos, e na segunda apresentaremos como o artigo de Quine acaba por retirar conclusões céticas sobre a natureza da linguagem e da racionalidade.

⁷ O argumento quineano acabará por desembocar em outra famosa proposta de Quine, a indeterminação da tradução, apresentado no *Word and object* (1960). Em nossa opinião o TDE é o berço da filosofia de Quine. Veremos mais sobre isto na seção 4 do presente artigo.

Uma metodologia cética

O TDE apresenta uma série de argumentos pontuais para derrotar a verificação analítico-sintético e traz uma implicação que é o abandono do reducionismo. No entanto, esses argumentos não são reunidos ao fim em uma explicação que busca mostrar definitivamente a falhas dos dogmas. Essa tática de um ataque massivo, mas realizado ponto a ponto se assemelha à estratégia antinômica que deixou o ceticismo antigo célebre. Tanto em Sexto Empírico, como agora em Quine, esta era uma tática mais pontual e menos global⁸.

Nos argumentos usados por Sexto Empírico (2000a), especialmente contra os estoicos, podíamos ver que o objetivo de Empírico era apresentar uma hipótese contrária ao que os estoicos asseveraram. Como um cético, Sexto Empírico não precisava acreditar em sua contra argumentação. Bastava refutar o seu adversário. Essa refutação funcionava usando antinomias ou os “modos”, o que melhor servia para a tese estoica analisada. Comparando com o que vimos acima acerca do TDE, podemos estabelecer um paralelo metodológico entre Sexto Empírico e Quine em dois aspectos: a) não temos um contra argumento final e unificador e b) a ideia de usar antinomias.

Essa duas aproximações não definem identidade, mas ajudam a construir um cenário metodológico próximo. Isto indica que, pelo menos parcialmente, a metodologia de Quine é cética? Não em intenção, afinal de contas Quine não é um cético. Ao contrário, a nossa hipótese é que a proximidade metodológica dos argumentos céticos e do TDE habilita os céticos a se servirem dos argumentos de Quine contra tipos específicos de dogmatismo.

O TDE deveria então fazer parte de um novo conjunto de modos céticos. Outros membros possíveis são em nossa opinião: os casos de tipo Gettier, o argumento da linguagem privada de Wittgenstein, o Mito do Dado de Sellars e a própria Indeterminação da Tradução de Quine. Todos estes poderiam ser usados como vacinas contra cepas de tipos específicos de dogmatismo, compondo um novo conjunto de estratégias céticas. Mas esta é uma proposta que carece de prova presente e que tentaremos em outros artigos. Aqui apresentamos apenas como especulação.

⁸ Diferentemente do aspecto global que o ceticismo moderno, como o de Descartes, costumava a exhibir.

Um argumento cético

Inicialmente a força do TDE é em direção à estratégias reducionistas de análise do significado. Mas se abraçarmos o TDE temos espaço para uma interpretação cética acerca das possibilidades da racionalidade.

Para um cético a compreensão de que o significado não pode ser determinado fora de uma decisão pragmática é um aspecto decisivo na reflexão dos limites e da fragilidade da razão humana. O que chamamos de “significado” não seria mais do que a expressão de uma comunidade em um contexto específico, onde as próprias regras que o definem ficam fluídas. A racionalidade humana não consegue estabelecer um tipo de universalidade que seja uniforme entre comunidades ou mesmo no interior da mesma comunidade. Vejamos ambos os casos.

Quando comparamos o uso que duas comunidades diferentes fazem de um dado significado, notamos que não há como encontrar uma total similaridade entre os usos, dado o critério pragmático de determinação do significado. Não há nem mesmo a ideia de que as regras que os determinam sejam as mesmas entre estas comunidades. No fim, torna-se impossível a ideia de um acordo total.

Se formos um pouco mais longe na obra de Quine, agora no *Word and object* (1960), a situação da ideia de significado fica ainda mais difícil. Neste livro, nos capítulos 2 e 3, Quine estabelece o famoso argumento da “indeterminação da tradução” (PETTERSEN, 2014), onde o significado último de uma frase no interior de uma linguagem pode gerar duas ou mais traduções, que são incompatíveis entre si, mas que são traduções adequadas ao todo linguístico. A indeterminação da tradução indica a fragilidade e pragmática do estabelecimento do significado no seio da própria linguagem materna. De um lado, a fragilidade ocorre porque não se pode esperar por uma regimentação final ao significado, de outro lado a pragmática define que os significados serão adaptativos aos contextos.

Tal possibilidade nos conduz a um argumento cético acerca de nossa limitação de conhecer: não haveria qualquer possibilidade de julgarmos nada fora do contexto e das necessidades pragmáticas que estabelecemos, portanto, de um princípio de verificação. Neste sentido, o tipo de dogmatismo assumido pelo Círculo de Viena se torna inviável. Mas não apenas isso.

Essa fragilidade do significado nos leva, na tradição cética, a nos perguntar acerca da fragilidade da razão humana. Após lermos os argumentos do TDE compreendemos que não

há um porto seguro para as nossas definições, sendo elas sensíveis ao contexto. Não haveria nada além da pragmática. Até mesmo as propostas oferecidas por nosso artigo se constroem a partir do contexto de estudo do confronto entre duas formas de filosofia, a expressa pelo Círculo de Viena e a de Quine. Esse confronto leva certamente ao chamado “desacordo” (*diaphonía*), que é o reconhecimento cético da multiplicidade de opiniões sobre o mesmo tema (SEXTO EMPÍRICO, 2000, p. 165), nesse caso a multiplicidade de possibilidades de se estabelecer o significado de um termo. A razão humana, quando colocada apenas no contexto, torna o desacordo cético a representação da fragmentação da racionalidade na pragmática.

O argumento de Quine, contrário ao estabelecimento de qualquer versão fixa do significado, pode nos conduzir também a um ataque à certa visão da racionalidade, especialmente aquela esposada pelo Círculo. Segundo autores como Carnap e Schlick, ao definirmos precisamente o significado de certos termos, poderíamos estabelecer um firme critério de demarcação entre os saberes, onde aqueles significativos seriam os verificados pela lógica e experiência. Quando Quine refuta essa possibilidade, a própria demarcação se perde, como ele diz no final do TDE:

Como empirista, continuo a pensar no esquema conceitual da ciência como uma ferramenta, em última instância, para prever a futura experiência à luz da experiência passada. Os objetos físicos são introduzidos conceitualmente na situação como intermediários convenientes - não pela definição em termos de experiência, mas simplesmente como supostos irreduzíveis, comparáveis, epistemologicamente aos deuses de Homero. Por minha parte, entretanto, como físico leigo que sou, acredito nos objetos físicos e não nos deuses de Homero; e considero um erro científico acreditar diversamente. Mas na questão do embasamento epistemológico, os objetos físicos e os deuses diferem apenas em grau, não em espécie. Ambos os tipos de entidade integram nossa concepção apenas como supostos culturais. (QUINE, 1975, p. 253).

Nesse sentido, a física é mais adequada do que os deuses de Homero, mas isso ocorre apenas porque a física atual está mais de acordo com a maioria de nossas crenças sobre o mundo. No final, tanto os deuses como a física são postulados pragmáticos e nenhum tem uma prioridade metafísica. O problema da vagueza da possibilidade de determinação do significado acaba tornando a racionalidade permissiva ao ceticismo.

Não apenas o argumento de Quine acaba por apresentar uma poderosa antinomia cética para tipos específicos de dogmatismo, mas também nos revela a possibilidade de limitarmos as capacidades da racionalidade acerca da prioridade de certas áreas sobre outras.

CONCLUSÃO

Com um argumento pontual sobre a determinação do significado, Quine fornece ao cético as ferramentas necessárias para refutar o dogmático e também para que revisemos nossa visão da racionalidade.

Acreditamos, com isso, que os argumentos próprios da Filosofia da Linguagem possam ser usados como parte do arsenal do ceticismo atual, especialmente no chamado “Neopirronismo”, que é a versão atual do ceticismo de Sexto Empírico. O início dessa nova tendência pode ser traçado a pensadores como Robert Fogelin (2003) e Oswaldo Porchat (2007, p. 173-218). Desta forma, o caminho cético está aberto a estratégias contemporâneas, especialmente aquelas próprias à Filosofia da Linguagem.

BIBLIOGRAFIA

AYER, Alfred. Editor’s Introduction. In: AYER, A. (ed). **Logical positivism**. Free Press. New York. 1959.

CARNAP, Rudolf. **Testabilidade e significado**. São Paulo: Abril Cultural, 1975, p. 177-226. (Coleção os Pensadores).

CARNAP, Rudolf. The Elimination of Metaphysics Through Logical Analysis of Language. In: AYER, A. (ed). **Logical positivism**. Free Press. New York. 1959, p. 60-81.

FOGELIN, Robert. **Walking the tightrope of reason: the precarious life of a rational animal**. Oxford [England]; New York: Oxford University Press, 2003.

MILLER, Alexander. **Filosofia da linguagem**. São Paulo: Ed. Paulus, 2010.

PETTERSEN, Bruno Batista. **A naturalização da epistemologia: empirismo, ciência e semântica em Quine**. São Paulo: Loyola, 2014.

PORCHAT, Oswaldo. **Rumo ao ceticismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

QUINE, W.V.O. **Dois dogmas do empirismo**. Trad. de LIMA, Marcelo. São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção os Pensadores).

QUINE, W.V.O. Two dogmas of empiricism. In: **From a logical point of view**. 2nd ed. rev. Cambridge: Harvard University Press, 1980. p. 20-46.

QUINE, W.V.O. **Word and object**. USA: The Mit Press. 1960.

SCHLICK, Moritz. Meaning and Verification. In: **Philosophical Review**, Vol. 45, No.4 (Jul., 1936), p.339-369. Disponível em: http://www.ifac.univ-nantes.fr/IMG/pdf/Schlick_Meaning_Verif.pdf. Consultado: 24/10/2016.

SEXTUS EMPIRICUS. **Outlines of scepticism**. Trad: J. Annas e J. Barnes. Cambridge [England] ; New York: Cambridge University Press, 2000.

SEXTUS EMPIRICUS e BETT, Richard. **Against the ethicists** (Adversus mathematicos XI). Oxford: Clarendon Press; New York: Oxford University Press, 2000a.